Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 8

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 9

Demonstração de Valor Adicionado 10

Relatório da Administração/comentário do Desempenho 11

Notas Explicativas 18

Proposta de Orçamento de Capital 41

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 42

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras 45

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente 46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.956.692.000
Preferenciais	0
Total	1.956.692.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Previsto no Estatuto da Empresa	31/12/2019	Dividendo		Ordinária		0,00797

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	3.286.422	2.800.818
1.01	Ativo Circulante	305.742	294.806
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	101.007	294.396
1.01.03	Contas a Receber	60.463	0
1.01.04	Estoques	57.480	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.377	42
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.377	42
1.01.06.01.01	Crédito de imposto de renda e contribuição social	31.199	8
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	48.178	34
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.415	368
1.02	Ativo Não Circulante	2.980.680	2.506.012
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	103.505	21.774
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	19.733
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	19.733
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	103.505	2.041
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados	74.841	0
1.02.01.10.04	Crédito de imposto de renda e contribuição social	1.454	1.637
1.02.01.10.05	Outros créditos fiscais a recuperar	26.930	404
1.02.01.10.06	Outros ativos não circulantes	280	0
1.02.03	Imobilizado	2.871.718	2.477.910
1.02.04	Intangível	5.457	6.328

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	3.286.422	2.800.818
2.01	Passivo Circulante	316.941	46.549
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.011	5.854
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.011	5.854
2.01.02	Fornecedores	230.341	32.061
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	230.341	32.061
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	60.499	6.669
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	60.499	6.669
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	60.499	6.669
2.01.05	Outras Obrigações	19.090	1.965
2.01.05.02	Outros	19.090	1.965
2.01.05.02.04	Dividendos	15.604	0
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	2.772	1.243
2.01.05.02.06	Outros passivos circulantes	714	722
2.02	Passivo Não Circulante	864.135	621.063
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	733.217	620.932
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	733.217	620.932
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	733.217	620.932
2.02.02	Outras Obrigações	107.140	131
2.02.02.02	Outros	107.140	131
2.02.02.02.03	Adiantamento de clientes - ressarcimentos CCEAR	106.095	0
2.02.02.02.04	Outros passivos não circulantes	1.045	131
2.02.03	Tributos Diferidos	23.778	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.778	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.105.346	2.133.206
2.03.01	Capital Social Realizado	1.956.692	600.000
2.03.02	Reservas de Capital	0	1.531.997
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	1.531.997
2.03.04	Reservas de Lucros	148.654	0
2.03.04.01	Reserva Legal	8.213	0
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros	140.441	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-3.187
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	4.396

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	219.027	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-250.524	-49
3.02.01	Depreciação e amortização	-55.836	0
3.02.02	Combustível para produção de energia elétrica	-53.489	0
3.02.03	Energia elétrica comprada para revenda	-45.081	0
3.02.04	Materiais e serviços de terceiros	-31.891	0
3.02.05	Encargos de uso de rede elétrica	-24.339	-49
3.02.06	Pessoal	-16.933	0
3.02.07	Transações no mercado de energia de curto prazo	-16.108	0
3.02.08	Outros custos operacionais	-6.847	0
3.03	Resultado Bruto	-31.497	-49
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	318.826	-2.156
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.158	-2.156
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	320.984	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	287.329	-2.205
3.06	Resultado Financeiro	-29.605	-53
3.06.01	Receitas Financeiras	7.520	52
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.125	-105
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	257.724	-2.258
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-90.279	633
3.08.01	Corrente	-46.958	-2.274
3.08.02	Diferido	-43.321	2.907
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	167.445	-1.625
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	167.445	-1.625
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07832	-0,00082
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07832	-0,00082

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	167.445	-1.625
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.396	4.489
4.02.01	Ganhos não realizados em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	560	1.384
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social Diferidos - ganhos não realizados em operações de hedge	-190	-471
4.02.03	(Perdas) ganhos realizados em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	-4.766	3.576
4.03	Resultado Abrangente do Período	163.049	2.864

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	206.617	-1.963
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	346.219	-2.225
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes dos tributos	257.724	-2.258
6.01.01.02	Depreciação e amortização	55.836	0
6.01.01.03	Juros e variação monetária sobre financiamentos	34.084	0
6.01.01.04	Outros	-1.425	33
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-92.644	2.536
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-60.430	0
6.01.02.02	Crédito de imposto de renda e contribuição social	-31.009	-1.439
6.01.02.03	Outros créditos fiscais a recuperar	-74.677	0
6.01.02.04	Estoques	-57.480	0
6.01.02.05	Outros Ativos	-7.300	2
6.01.02.06	Fornecedores	28.109	-45
6.01.02.07	Outras obrigações fiscais e regulatórias	1.758	-794
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	1.157	4.578
6.01.02.09	Adiantamentos de clientes - ressarcimentos CCEAR	106.095	0
6.01.02.10	Outros passivos	1.133	234
6.01.03	Outros	-46.958	-2.274
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-46.958	-2.274
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-246.465	-806.520
6.02.01	Aplicação no imobilizado e intangível	-318.351	-806.520
6.02.02	Indenização por descumprimentos contratuais por atraso na conclusão de obra	71.886	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-153.541	1.097.073
6.03.01	Captação de financiamentos	99.893	615.650
6.03.02	Aumento de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital	50.156	477.847
6.03.03	Redução de capital	-225.461	0
6.03.04	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-73.363	0
6.03.05	(Perdas) ganhos realizados de hedge não capitalizados	-4.766	3.576
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-193.389	288.590
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	294.396	5.806
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	101.007	294.396

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.000	1.531.997	0	-3.187	4.396	2.133.206
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.000	1.531.997	0	-3.187	4.396	2.133.206
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.356.692	-1.531.997	0	-15.604	0	-190.909
5.04.01	Aumentos de Capital	50.156	0	0	0	0	50.156
5.04.08	Capitalização de AFAC	1.531.997	-1.531.997	0	0	0	0
5.04.09	Redução de capital	-225.461	0	0	0	0	-225.461
5.04.10	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-15.604	0	-15.604
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	167.445	-4.396	163.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	167.445	0	167.445
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.396	-4.396
5.05.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-4.396	-4.396
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	148.654	-148.654	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	8.213	-8.213	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	140.441	-140.441	0	0
5.07	Saldos Finais	1.956.692	0	148.654	0	0	2.105.346

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.000	1.054.150	0	-1.562	-93	1.652.495
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.000	1.054.150	0	-1.562	-93	1.652.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	477.847	0	0	0	477.847
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	477.847	0	0	0	477.847
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.625	4.489	2.864
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.625	4.489	2.864
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-1.625	0	-1.625
5.05.02.07	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	4.489	4.489
5.07	Saldos Finais	600.000	1.531.997	0	-3.187	4.396	2.133.206

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	571.903	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	250.919	0
7.01.02	Outras Receitas	320.984	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-177.481	-523
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-69.597	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.328	-425
7.02.04	Outros	-75.556	-98
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-45.081	0
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica	-24.339	-49
7.02.04.03	Outros	-6.136	-49
7.03	Valor Adicionado Bruto	394.422	-523
7.04	Retenções	-55.836	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.836	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	338.586	-523
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.520	52
7.06.02	Receitas Financeiras	7.520	52
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	346.106	-471
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	346.106	-471
7.08.01	Pessoal	14.973	1.568
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.832	1.488
7.08.01.02	Benefícios	3.980	50
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.074	30
7.08.01.04	Outros	1.087	0
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	1.087	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	123.660	-485
7.08.02.01	Federais	116.722	-492
7.08.02.02	Estaduais	6.938	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.956	71
7.08.03.01	Juros	34.084	0
7.08.03.02	Aluguéis	883	0
7.08.03.03	Outras	2.989	71
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	2.989	71
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.791	-1.625
7.08.04.02	Dividendos	15.604	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.187	-1.625
7.08.05	Outros	150.726	0
7.08.05.01	Reserva legal	8.213	0
7.08.05.02	Encargos setoriais	2.072	0
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucros	140.441	0

Usina Termelétrica Pampa Sul

Relatório da Administração dos Exercícios de 2019 e 2018

CNPJ: 04.739.720/0001-24
NIRE: 42 3 0002610-7
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("Usina"), localizada no município de Candiota (RS), que utilizará o carvão mineral como fonte de energia. A Usina, de 345,0 MW de capacidade instalada e 323,5 MW médios de capacidade comercial, passou a operar comercialmente no dia 28.06.2019.

Em 28.11.2014, a Usina vendeu 294,5 MW médios no 20° Leilão de Energia Nova (A-5/2014), em contrato de 25 anos.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 1.956.692.000 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 1.956.692 mil ao final de 2019, sendo controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (EBE), uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, sediada em Florianópolis, cuja principal área de atuação e atividade operacional é a geração e a venda de energia elétrica. A EBE, por meio de suas controladas e controlada em conjunto, também atua nos segmentos de *trading* de energia elétrica, de geração distribuída, de transporte de gás e está em fase de construção de sistema de transmissão.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

O Conselho de Administração é atualmente composto por sete membros: Eduardo Antonio Gori Sattamini, Marcos Keller Amboni, José Luiz Jansson Laydner, Marcelo Cardoso Malta, Simone Cristina de Paola Barbieri, Guilherme Slovinski Ferrari e Felipe de Queiroz Batista, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva possui a seguinte composição: Odilon da Gama Parente Filho ocupando a função de Diretor Presidente, Fernando Aires de Alencar eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Sérgio Roberto Maes na posição de Diretor Técnico-Operacional.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. A expectativa do mercado, segundo o Relatório Focus publicado pelo Banco Central ao final de dezembro, é de que Produto Interno Bruto (PIB) tenha registrado incremento de 1,17% no ano, frente ao avanço de 1,10% em 2018 - o dado oficial deve ser publicado no final do primeiro trimestre de 2020.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,5% a.a., enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração total bruta da Usina alcançou 957,2 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 61,3%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2019 foi de 55,0%. Salientamos que a Usina entrou em operação comercial em 28.06.2019, tendo apresentado indisponibilidades pontuais típicas relacionadas ao período inicial de operação.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

A Companhia iniciou sua operação comercial em 28.06.2019, motivo pelo qual as informações comparativas apresentadas de 2018 não apresentam saldos relevantes.

Indicadores de resultado	2019	2018
Receita operacional líquida	219.027	-
Prejuízo bruto	(31.497)	(49)
Outras receitas operacionais, líquidas	320.984	-
Ebitda (Lajida)[1]	343.165	(2.205)
Depreciação e amortização	(55.836)	-
Resultado financeiro	(29.605)	(53)
Imposto de renda e contribuição social	(90.279)	633
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	167.445	(1.625)

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida

A receita líquida de 2019 foi de R$ 219.027 mil, atribuída substancialmente à entrada em operação comercial da UTE Pampa Sul, a qual ocorreu em 28.06.2019. A energia da UTE Pampa Sul, cuja capacidade instalada é de 345,0 MW e capacidade comercial é de 323,5 MW médios, está contratada pelo prazo de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28.11.2014, ao preço de R$ 235,68/MWh, atualizado até 31.12.2019.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Custos da venda de energia

Os custos operacionais em 2019 foram de R$ 250.524 mil, atribuídos substancialmente à entrada em operação comercial mencionada. A Usina utiliza o carvão mineral de jazida como combustível para geração de energia elétrica. A tabela a seguir apresenta os principais custos operacionais da Companhia.

	31.12.2019	31.12.2018
Custos da energia vendida		
Depreciação e amortização	(55.836)	-
Combustível para produção de energia elétrica	(53.489)	-
Compras de energia	(45.081)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(24.339)	(49)
Custos de produção de energia elétrica	(71.779)	-
	(250.524)	**(49)**

Outras receitas operacionais, líquidas

Reconhecimento de outras receitas operacionais oriundas de indenizações por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção da Usina Termelétrica Pampa Sul, principalmente relacionados ao atraso na conclusão da obra, no montante de R$ 320.984 mil. O valor recebido está estipulado em contrato e é apurado a partir do produto entre a quantidade de dias em atraso na entrega da obra e um valor fixo diário. Esse valor foi apurado de forma a compensar a Companhia pelo resultado não auferido em consequência de atraso na conclusão da obra, cuja data contratual para conclusão era 31.12.2018.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda de 2019 foi de R$ 343.165 mil (2018 - negativo em R$ 2.205 mil). O principal impacto no Ebitda de 2019 é a receita reconhecida pelo recebimento de indenizações por descumprimentos contratuais, comentada no item anterior. Desconsiderando este efeito, o Ebitda de 2019 seria de R$ 22.182 mil.

Resultado financeiro

Em 2019, as receitas financeiras atingiram R$ 7.520 mil (R$ 52 mil em 2018), com acréscimo de R$ 7.468 mil entre os anos comparados, principalmente devido às receitas com aplicações financeiras.

As despesas financeiras foram de R$ 37.125 mil (R$ 105 mil em 2018), aumento de R$ 37.020 mil entre os períodos comparados. Essa variação é motivada, substancialmente, pela contratação financiamento com o BNDES em abril de 2018, destinado ao financiamento da construção do parque gerador. A partir da entrada em operação comercial da Usina, os custos de financiamentos deixaram de ser capitalizados e foram reconhecidos no resultado do exercício. Os encargos de financiamentos em 2019 foram de R$ 33.942 mil.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL foram de R$ 90.279 mil em 2019, em decorrência, principalmente, do acréscimo do lucro antes dos tributos. Em 2018, a Companhia apurou efeito positivo nessas despesas, de R$ 663 mil, em decorrência da apuração de prejuízo operacional.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Lucro líquido

O lucro líquido de 2019 foi de R$ 167.445 mil, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente. Em 2018, a Companhia apurou prejuízo de R$ 1.625 mil.

6. Recursos Humanos

A Companhia contava ao final do ano com 122 colaboradores, um aumento de 154% se comparado ao ano de 2018, quando 48 pessoas compunham a força de trabalho. O aumento se justifica pelo fim do período de obras e início da fase operacional do empreendimento. Dos 122 colaboradores, 98 são da fase de operação (80,3%), e 24 (20,7%) são ainda relacionados à fase de implantação, que terão seus contratos de trabalho rescindidos. Muitos tendem a ser realocados para outros projetos dentro da Controladora, ENGIE Brasil Energia.

7. Programas Socioambientais

A partir da identificação e avaliação dos impactos socioambientais gerados em decorrência do empreendimento, são propostos programas de intervenção, controle e monitoramento na área de influência, com vistas a avaliar a evolução dos impactos previstos e a eficiência das medidas propostas nas fases de implantação e operação do empreendimento.

Os programas têm como premissa básica a proposição de ações capazes de evitar, atenuar, reparar ou compensar os danos/impactos previstos, assim como otimizar os investimentos a serem aplicados na região. Abaixo, apresentamos a lista dos planos e programas socioambientais do empreendimento, relacionados à licença de operação:

1. Sistema de Gestão Ambiental - SGA

2. Programa Ambiental da Geração - PAG

3. Programa de Monitoramento das Águas Superficiais

4. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas

5. Programa de Monitoramento de Ruídos

6. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

7. Subprograma de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar, Meteorológicos e Emissões

Atmosféricas

8. Programa de Controle de Pragas e Vetores

9. Programa de Gestão do Reservatório

10. Programa de Reposição Florestal

11. Programa de Revegetação das Matas Ciliares e Conexão do Corredor Ecológico

12. Programa de Manutenção da Faixa de Servidão da Linha de Transmissão

13. Programa de Implantação da Cortina Vegetal

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

14. Programa de Monitoramento de Fauna

    14.1. Subprograma de Monitoramento de Aves e Mamíferos

    14.2. Subprograma de Monitoramento de Atropelamentos

15. Programa de Monitoramento da Ictiofauna

    15.1. Subprograma de Resgate de Ictiofauna

    15.2. Subprograma de Monitoramento de Taxocenose do Rio Jaguarão

    15.3. Subprograma de Mitigação de Impactos sobre os Peixes Anuais

    15.4. Subprograma de Monitoramento de Ictioplâncton

16. Programa de Comunicação Social

17. Programa de Educação Ambiental

    17.1. Subprograma de Educação Ambiental com Grupos Sociais

    17.2. Subprograma de Educação Ambiental na Agricultura Familiar

    17.3. Subprograma de Educação Ambiental aos Trabalhadores

18. Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde

19. Plano de Gerenciamento de Riscos

20. Plano de Atendimento às Emergências

Além dos acima mencionados, a Companhia continua empenhada em gerar impactos socioambientais positivos no entorno, através das seguintes ações realizadas nos últimos anos, e financiadas com recursos próprios (não incentivados):

- Doação de equipamentos hospitalares para os municípios de Candiota e Hulha Negra, no valor de R$ 200.000,00;

- Adequação das instalações do Hospital Beneficente de Candiota e da Unidade Básica de Saúde da Vila Seival no valor de R$ 50.000,00;

- Reforma e ampliação do Posto da Brigada Militar de Candiota, no valor de R$ 310.000,00;

- Reforma das salas de treinamento/alojamento da Brigada Militar de Bagé e doação de equipamentos, no valor de R$ 50.000,00;

- Doação de equipamentos para a Polícia Civil de Bagé, no valor de R$ 26.000,00;

- Reforma da sede da Brigada Militar Ambiental de Bagé, no valor de R$ 12.000,00;

- Instalação de reservatório de água para abastecimento da Vila Seival (Candiota) no valor de R$ 135.000,00;

- Revitalização da praça da Vila Seival (Candiota) no valor de R$ 610.000,00;

- Reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Assis Rosa de Oliveira (Vila Operária - Candiota) no valor de R$ 15.000,00;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual de Ensino Médio 15 de Junho (Assentamento Conquista da Fronteira - Hulha Negra) no valor de R$ 40.000,00;

- Reforma do PTG Combate do Seival (Vila Seival – Candiota) no valor de R$ 45.000,00;

- Cursos de capacitação de mão de obra (16 cursos, 29 turmas, 417 formados) no valor de R$ 520.000,00

- Projeto "Sustentabilidade da Feira Livre de Candiota" no valor de R$ 70.000,00;

- Projeto "Avicultura Colonial em Candiota" no valor de R$ 105.000,00;

- Projeto "Leite é Renda Familiar" (Candiota e Hulha Negra) no valor de R$ 215.000,00;

- Curso de Costura e Modelagem Industrial (SENAI) – Cooperativa de Costura de Seival no valor de R$ 36.000,00;

- Curso de Costura e Modelagem Industrial (SENAI) Hulha Negra no valor de R$ 36.000,00;

- Curso de Panificação e Confeitaria (SENAI) – Vila Seival no valor de R$ 38.000,00;

- Curso "Gestão de Negócio" (SEBRAE) – Vila Seival no valor de R$ 24.000,00;

- Doação de equipamentos e insumos para a Cooperativa de Costura de Seival (Candiota) no valor de R$ 25.000,00.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram com a Companhia no ano de 2019.

A Administração

Usina Termelétrica Pampa Sul

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2019 e 2018

CNPJ: 04.739.720/0001-24
NIRE: 42 3 0002610-7
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

Notas Explicativas

USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.
CNPJ N° 04.739.720/0001-24 | NIRE N° 42 3 0002610-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O objeto social da Companhia é a geração de energia elétrica por meio da implantação e operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("UTE Pampa Sul" ou "Usina"), localizada no município de Candiota (RS).

A Companhia foi constituída em 31.10.2001, com prazo de duração indeterminado e está sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

Em 15.02.2017, a controladora da Companhia mandatou o Banco Morgan Stanley S.A. para prestar assessoria financeira em uma sondagem de mercado, não vinculante, visando identificar potenciais compradores para seus ativos de energia a carvão, dentre eles a UTE Pampa Sul. A potencial operação de alienação está em linha com a estratégia de descarbonização da ENGIE em todo o mundo, focada em atividades de baixa emissão de carbono, como geração de energia renovável, gás natural e infraestrutura. O estágio atual do processo não permite avaliar o prognóstico quanto a possibilidade de venda da empresa, dessa forma, a Companhia concluiu que não foram atingidos os pré-requisitos para reclassificação do saldo da UTE Pampa Sul para ativo não circulante mantido para venda.

Em 28.06.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da UTE Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW[1] e garantia física de 323,5 MW médios. A Usina utiliza o carvão mineral de jazida como combustível para geração de energia elétrica e sua energia está contratada pelo prazo de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28.11.2014, ao preço de R$ 235,68/MWh, atualizado até 31.12.2019.

A data estabelecida no contrato de engenharia, aquisições e construção ("*Engineering, Procurement and Construction*" ou "contrato EPC") para a conclusão da obra de construção da Usina era 31.12.2018 e, em decorrência do descumprimento desse prazo e de outras condições contratadas, em 02.08.2019, a Companhia executou garantias contratuais, visando cobrir os danos decorrentes do atraso de conclusão da obra e seu aceite técnico e de obrigações materiais do contrato EPC (Notas 10 – Imobilizado e 20 – Outras receitas operacionais, líquidas).

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço de 31.12.2019, no montante de R$ 11.199, decorre, substancialmente, de estimativas de desembolsos futuros decorrentes da conclusão da Usina reconhecidos em Fornecedores (Nota 11 – Fornecedores). Adicionalmente, a Companhia conta com todo o suporte necessário da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento estão divulgadas na Nota 3 – Sumário das principais práticas contábeis.

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

Notas Explicativas

f) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou essa demonstração nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

g) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 27.02.2020.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros, a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.1.1) Caixa e equivalente de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.1.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.1.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.2) Passivos financeiros - Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.3) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia durante o exercício de 2019 e 2018 correspondem a operações contratadas para proteção de compromissos futuros em moeda estrangeira, os quais estavam reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Em 31.12.2019, a Companhia não mantinha instrumentos financeiros derivativos, os quais foram realizados durante o exercício de 2019.

Notas Explicativas

Contabilidade de *hedge* - *Hedge* de fluxo de caixa

No início da operação de *hedge*, é elaborada documentação formal com a descrição dos objetivos e estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

Os *hedges* para a proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros altamente prováveis de aquisição de bens e serviços para o ativo imobilizado são designados como "*Hedge* de fluxo de caixa". Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do *hedge*, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes", e transferidos para o ativo imobilizado quando o compromisso financeiro protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

b) Estoques

São avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor realizável líquido.

c) Imobilizado

c.1) Mensuração

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado, assim como os ganhos e perdas de *hedge* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido que se qualificam em relação aos imobilizados.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

c.2) Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

c.3) Avaliação do valor de recuperação – *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não serão recuperados através de suas operações futuras.

d) Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Imposto de renda e contribuição social

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

Notas Explicativas

e.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

e.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

f) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (ii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

Em 31.12.2019, as demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

h.1) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando eles são necessários.

Notas Explicativas

h.2) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

h.3) Adiantamento de clientes – Ressarcimentos CCEAR

Os contratos de energia elétrica firmados no ACR da Companhia relativos possuem mecanismo de ressarcimento previsto, calculado com base na diferença entre a indisponibilidade programada verificada e a indisponibilidade declarada para o cálculo da garantia física. Este ressarcimento é precificado considerando o valor do Índice de Custo Benefício (ICB) do contrato, atualizado pelo IPCA. A apuração para fins de ressarcimento será calculada até 2021 e a liquidação ocorrerá em 2022. A partir de 2022, quaisquer diferenças entre geração e disponibilidade máxima contratual serão liquidadas mensalmente na CCEE. Os montantes foram reconhecidos em contrapartida da rubrica "Adiantamentos de clientes - Ressarcimentos CCEAR".

i) Novas normas, alterações e interpretações

Em 01.01.2019 entraram em vigência os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19) – Alterações, reduções ou liquidação de planos; (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa; (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC ° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia avaliou a aplicação dessas novas normas e alterações e concluiu que não há impactos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos. A Companhia não possui contratos que resultem no reconhecimento de direito de uso de arrendamentos em contrapartida de arrendamentos a pagar. A Companhia optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Os contratos de arrendamento da Companhia atendem aos critérios de isenções em questão e, portanto, estão reconhecidos no resultado do exercício.

j) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2020

A partir de 01.01.2020, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Revisão do CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) Alterações no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e (iii) Alterações no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	**20.754**	**393**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	80.253	294.003
	101.007	**294.396**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2019, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2019 e de 2018 foi de cerca de 99,3% e 100,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2019
Distribuidoras	56.703
Transações realizadas na CCEE	3.760
	60.463

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. Não há valores vencidos em 31.12.2019.

NOTA 6 – CRÉDITO DE IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda	24.809	1.425
Contribuição social	7.844	220
	32.653	**1.645**
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	31.199	8
Ativo não circulante	1.454	1.637
	32.653	**1.645**

No terceiro trimestre de 2019, a Companhia reconheceu receita oriunda de indenizações recebidas pelo atraso na conclusão da obra da Usina, conforme divulgado na Nota 20 – Outras receitas operacionais, líquidas, e recolheu os valores de imposto de renda e contribuição social referentes ao lucro tributável apurado naquele momento. No quarto trimestre de 2019, no entanto, a Companhia apurou prejuízo fiscal e, com base na apuração fiscal anual, constatou que realizou recolhimentos acima dos valores efetivamente apurados para recolhimento ao Fisco, sendo estes valores adicionais reconhecidos como créditos de impostos de renda e contribuição social. A expectativa da Companhia é de que a recuperação ocorra em 2020.

Notas Explicativas

NOTA 7 – OUTROS CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	31.12.2019	31.12.2018
Cofins[2]	61.376	-
PIS[3]	13.328	-
ICMS[4]	404	438
	75.108	**438**
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	48.178	34
Ativo não circulante	26.930	404
	75.108	**438**

Os créditos de Cofins e PIS a compensar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação da UTE Pampa Sul.

NOTA 8 – ESTOQUES

	31.12.2019
Adiantamento a fornecedores	38.949
Insumos para produção de energia	18.129
Almoxarifado	390
Outros	12
	57.480

No ano de 2019, a Companhia adiantou o montante de R$ 65.932 a fornecedor de carvão. O saldo remanescente, em 31.12.2019, era de R$ 38.949, sendo que a realização se dá quando a compra de carvão ultrapassa a cota mensal mínima estabelecida no contrato, de 106.000 ton. A Companhia espera realizar integralmente o adiantamento até o final de 2020.

NOTA 9 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2019, a Companhia mantinha R$ 74.841 relativo a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e às despesas contratuais de operação e de manutenção para as usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

A mutação do saldo é a seguinte:

Ingressos	73.363
Juros	1.478
Saldos em 31.12.2019	**74.841**

[2] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
[3] Programa de Integração Social.
[4] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte.

Notas Explicativas

NOTA 10 – IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2019			31.12.2018
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0%	189.095	(1.870)	187.225	-
Edificações e benfeitorias	3,3%	276.711	(3.474)	273.237	-
Máquinas e equipamentos	4,0%	2.460.524	(50.374)	2.410.150	-
Móveis e utensílios	6,3%	852	(27)	825	-
Veículos	14,3%	18	(1)	17	-
		2.927.200	**(55.746)**	**2.871.454**	**-**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-	113.412
Edificações e benfeitorias		-	-	-	288.704
Máquinas e equipamentos		264	-	264	1.352.691
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	449.163
Aquisições a ratear		-	-	-	273.940
		264	**-**	**264**	**2.477.910**
		2.927.464	**(55.746)**	**2.871.718**	**2.477.910**

Em 31.12.2018 o ativo imobilizado da Companhia estava integralmente em curso, desta forma, não havia saldo de depreciação acumulada no exercício de 2018.

b) Mutação do ativo imobilizado

	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2017	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.665.245**	**1.665.245**
Ingressos	-	-	-	-	800.714	800.714
Juros capitalizados	-	-	-	-	11.951	11.951
Saldos em 31.12.2018	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.477.910**	**2.477.910**
Ingressos	-	-	-	-	489.302	489.302
Indenizações por descumprimentos contratuais	-	-	-	-	(71.886)	(71.886)
Juros capitalizados	-	-	-	-	32.138	32.138
Transferências	189.095	276.711	2.460.524	870	(2.927.200)	-
Depreciação	(1.870)	(3.474)	(50.374)	(28)	-	(55.746)
Saldos em 31.12.2019	**187.225**	**273.237**	**2.410.150**	**842**	**264**	**2.871.718**

Em 02.08.2019, a Pampa Sul executou garantia no montante de R$ 71.886, com o objetivo de cobrir danos decorrentes do não atingimento de obrigações materiais do contrato EPC. Este montante foi reconhecido como redução do ativo imobilizado em curso.

No 2° semestre de 2019, foram transferidos e colocados em serviço os ativos relacionados à Usina Termelétrica Pampa Sul, no montante de R$ 2.927.200, devido ao início da operação comercial da Usina em 28.06.2019.

Notas Explicativas

c) Autorização do Órgão Regulador

A Sociedade é detentora de concessão para exploração de energia elétrica de Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW e garantia física de 323,5 MW médios, e a respectiva autorização para funcionamento tem vigência até março de 2050.

NOTA 11 – FORNECEDORES

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de imobilizado[5]	202.147	31.976
Fornecedores de materiais e serviços	14.754	85
Combustíveis fósseis e biomassa	9.244	-
Encargos de uso rede elétrica	2.597	-
Energia elétrica comprada	1.599	-
	230.341	**32.061**

NOTA 12 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros.

Esses riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Em 2019, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2018.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com taxas de juros

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado em 2018.

[5] Em 31.12.2019 estão contemplados no saldo de fornecedores de imobilizado estimativas de desembolso futuro decorrentes da conclusão da construção da Usina, dos quais R$ 27.578 referem-se aos compromissos socioambientais.

Notas Explicativas

A variação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Dessa forma, o financiamento contratado, vinculado à TJLP, tende a ser protegido pelos contratos de venda de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário. Ressalta-se que o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM n° 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade do financiamento mantido pela Companhia, exposto a riscos da variação da TJLP.

O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2019**	**2020**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
TJLP	6,2%	5,6%	-0,6 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre a taxa de juros do ano de 2019 e a prevista no cenário provável para 2020, e demonstra os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2019	**Provável**	**Δ + 25%**	**Δ + 50%**
Risco de aumento (passivo)				
Financiamentos				
TJLP	793.716	4.806	(10.780)	(22.086)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2019	**31.12.2018**
Dívida	793.716	627.601
(-) Depósitos vinculados	(74.841)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(101.007)	(294.396)
Dívida líquida	**617.868**	**333.205**
Patrimônio líquido	**2.105.346**	**2.133.206**
Endividamento líquido	**0,29**	**0,16**

Notas Explicativas

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. A apuração dos *covenants* iniciará a partir de 2020 (Nota 13 – Financiamentos).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os relativos ao mercado regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2019, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2019. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	230.341	-	-	-	230.341
Financiamentos	91.022	222.577	205.699	827.606	1.346.904
	321.363	**222.577**	**205.699**	**827.606**	**1.577.245**

Notas Explicativas

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	80.253	294.003
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	20.754	393
Contas a receber de clientes	60.463	-
Depósitos vinculados	74.841	-
	236.311	**294.396**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	230.341	32.061
Financiamentos	793.716	627.601
Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes		
Perdas não realizadas em operações de *hedge* de fluxo de caixa[6]	-	560
	1.024.057	**660.222**

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros não foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no financiamento. Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

NOTA 13 – FINANCIAMENTOS

A Companhia, em abril de 2018, contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 728.950, os quais foram destinados ao financiamento da construção do parque gerador. Em novembro de 2019, foi efetuado o último saque do montante financiado.

a) Composição

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	46.504	733.217	779.721	-	620.932	620.932
Encargos	13.995	-	13.995	6.669	-	6.669
	60.499	**733.217**	**793.716**	**6.669**	**620.932**	**627.601**

[6] Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes".

Notas Explicativas

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	615.650	615.650
Juros e V.M. capitalizados	11.951	-	11.951
Transferências	(5.282)	5.282	-
Saldos em 31.12.2018	**6.669**	**620.932**	**627.601**
Ingressos	2.996	96.897	99.893
Juros	33.942	-	33.942
Variações monetárias	(1.880)	2.022	142
Juros e V.M. capitalizados	32.138	-	32.138
Transferências	(13.366)	13.366	-
Saldos em 31.12.2019	**60.499**	**733.217**	**793.716**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2021	45.831
2022	45.831
2023	45.831
2024	45.831
2025	45.831
2026 a 2030	229.155
2031 a 2036	274.907
	733.217

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	Juros	Vencimento	Principal e juros	Saldos em 31.12.2019
BNDES	TJLP + 3,09% a.a. [(a)]	01.2036	Mensais, a partir de fevereiro de 2020	793.716

[(a)] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

e) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) penhor da totalidade das ações; (d) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto; e (e) hipoteca dos terrenos urbanos de sua propriedade destinada à implantação do projeto.

A conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas de operação e de manutenção foi devidamente composta pela Companhia, conforme determinação contratual (Nota 9 – Depósitos vinculados).

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
BNDES	ICSD[7] ≥ 1,2

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2020.

[7] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Notas Explicativas

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	31.12.2019	31.12.2018
PIS[8] e Cofins[9]	63	289
INSS	742	779
ICMS[10]	1.692	9
ISSQN[11]	134	56
Outros	184	119
	2.815	**1.252**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(43)	(9)
	2.772	**1.243**

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão para bônus gerencial	5.333	4.272
Provisão para férias	1.219	1.312
Salários e encargos sociais a pagar	459	270
	7.011	**5.854**

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2019				31.12.2018
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Depreciação acelerada	55.914	(13.979)	(5.032)	(19.011)	-
Encargos financeiros capitalizados	21.231	(5.307)	(1.911)	(7.218)	-
		(19.286)	**(6.943)**	**(26.229)**	**-**
Ativo:					
Despesas pré-operacionais	6.937	1.734	690	2.424	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	-	-	12.842
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	-	6.891
Outros	81	20	7	27	-
		1.754	**697**	**2.451**	**19.733**
(Passivo) / Ativo		**(17.532)**	**(6.246)**	**(23.778)**	**19.733**

[8] Programa de Integração Social.
[9] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
[10] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte.
[11] Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Notas Explicativas

b) Movimentação de saldo

	Valor
Ativo em 31.12.2017	**17.297**
Impostos diferidos no resultado	2.907
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	(471)
Ativo em 31.12.2018	**19.733**
Impostos diferidos no resultado	(43.321)
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	(190)
(Passivo) em 31.12.2019	**(23.778)**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2020	946	-
2021	397	241
2022	369	241
2023	369	241
2024	370	241
2025 a 2027	-	723
2028 a 2030	-	1.673
2031 a 2033	-	3.573
2034 em diante	-	19.296
	2.451	**26.229**

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31.12.2019 é de R$ 1.956.692 (R$ 600.000 em 31.12.2018), totalmente subscrito e integralizado, constituído por 1.956.692.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.956.691.999 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”).

a.1) Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital e aumentos de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31.07.2019, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 1.567.343, integralizado mediante a capitalização de créditos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital existentes, os quais foram realizados com a finalidade de financiar a construção da Usina, dos quais R$ 1.531.997 constavam em AFAC em 31.12.2018 e R$ 35.346 foram aportados em 2019.

Em 31.08.2019, também em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram novo aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 14.810.

Notas Explicativas

a.2) Redução de capital

Em 17.12.2019, houve a redução de capital social na empresa Pampa Sul motivada pela liberação de financiamento do BNDES, a qual vinha sendo financiada com capital próprio até a liberação do financiamento, no montante de R$ 225.461.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a manutenção da Usina. A Companhia encaminhou para aprovação em assembleia geral ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros em 2019, no montante de R$ 140.441, com base no orçamento de capital.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	167.445	(1.625)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	2.137.943	1.976.767
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído – Em reais	**0,07832**	**(0,00082)**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 18 – DIVIDENDOS

a) Cálculo

	31.12.2019
Base de cálculo dos dividendos ajustada	
Lucro líquido do exercício	167.445
Prejuízo acumulado	(3.187)
Reserva legal	(8.213)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**156.045**
Dividendos propostos	
Dividendos mínimos obrigatórios	15.604
Total dos dividendos anuais	**15.604**
Percentual do lucro líquido ajustado	**10%**

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

Notas Explicativas

NOTA 19 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Suprimento de energia elétrica	239.060
Transações mercado de curto prazo	11.844
Outras receitas	15
	250.919
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	
PIS e Cofins	(23.213)
ICMS	(6.607)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.072)
	(31.892)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**219.027**

Em 31.12.2019, a Companhia não possuía clientes que participavam individualmente com percentual superior a 5% da receita operacional líquida.

As receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas, em 2019, pelo reconhecimento de R$ 106.095, relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR da Companhia.

NOTA 20 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Em 28.06.2019, a Aneel autorizou a operação comercial da Usina Termelétrica Pampa Sul, localizada no município de Candiota (RS), com capacidade instalada de 345,0 MW e capacidade comercial de 323,5 MW médios. A Usina utiliza o carvão mineral de jazida como combustível para geração de energia elétrica e sua energia está contratada pelo prazo de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28.11.2014.

A data estabelecida no contrato de engenharia, aquisições e construção ("*Engineering, Procurement and Construction*" ou "contrato EPC") para a conclusão da obra era 31.12.2018.

Em decorrência do descumprimento desse prazo e de outras condições contratadas, em 02.08.2019, a Pampa Sul executou garantias contratuais, no montante de R$ 353.702 (equivalente a US$ 89 milhões) e de R$ 71.886 (correspondente a US$ 18 milhões), visando cobrir os danos decorrentes do atraso de conclusão da obra e seu aceite técnico e de obrigações materiais do contrato EPC. Esses valores foram recebidos pela Companhia em 12.08.2019.

A administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que há sólidos argumentos técnicos e jurídicos para sustentar que os valores são praticamente certos e que os montantes recebidos em função da execução das garantias não serão devolvidos ao fornecedor, nem mesmo parcialmente, em caso de eventual questionamento futuro do fornecedor.

Dessa forma, o montante de R$ 353.702 (R$ 320.984, líquido de PIS e Cofins), recebido para compensar ganhos líquidos que a Companhia deixou de auferir pelo atraso na conclusão da obra, foi reconhecido na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas".

Notas Explicativas

NOTA 21 – RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.927	-
Renda de depósitos vinculados	1.478	-
Outras receitas financeiras	115	52
	7.520	**52**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre Financiamentos	34.084	-
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	1.846	-
Outras despesas financeiras	1.195	105
	37.125	**105**
Despesas financeiras, líquidas	**29.605**	**53**

NOTA 22 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	2019			2018		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**257.724**	**257.724**	**257.724**	**(2.258)**	**(2.258)**	**(2.258)**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(64.431)**	**(23.195)**	**(87.626)**	**565**	**203**	**768**
Despesas pré-operacionais	(1.734)	(690)	(2.424)	-	-	-
Variação entre bases do lucro real e presumido	-	-	-	(136)	-	(136)
Outros	(174)	(55)	(229)	-	1	1
	(66.339)	**(23.940)**	**(90.279)**	**429**	**204**	**633**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(34.497)	(12.461)	(46.958)	(1.666)	(608)	(2.274)
Diferido	(31.842)	(11.479)	(43.321)	2.095	812	2.907
	(66.339)	**(23.940)**	**(90.279)**	**429**	**204**	**633**
Alíquota efetiva	**25,7%**	**9,3%**	**35,0%**	**19,0%**	**9,0%**	**28,0%**

Notas Explicativas

NOTA 23 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	ATIVO	PASSIVO			RESULTADO		
	Outros	Energia	Materiais e serviços	Dividendos	Venda de energia	Compra de energia	Despesas administrativas[12]
31.12.2019							
EBE	154	1.599	8.659	15.604	7.082	42.515	409
EBC	-	-	-	-	-	2.567	-
	154	**1.599**	**8.659**	**15.604**	**7.082**	**45.082**	**409**
31.12.2018							
EBE	-	-	1.588	-	-	-	395
	-	**-**	**1.588**	**-**	**-**	**-**	**395**

O saldo de materiais e serviços registrado no passivo da Companhia junto à sua controladora, EBE, refere-se a reembolso de pagamento realizado pela EBE para a renovação da apólice de Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, realizada de forma corporativa pela ENGIE Brasil Energia S.A. para seus ativos.

b) Remuneração dos administradores

A remuneração relacionada às pessoas chave da Administração, composta por Diretoria Estatutária e Conselho de Administração, está abaixo apresentada:

	2019	2018
Remuneração fixa	657	747
Remuneração variável	8	565
Encargos sociais	415	277
Outros	125	81
	1.205	**1.670**

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações.

Nos exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2018 parte dos administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Esses administradores são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

c) Serviços administrativos e financeiros

Os serviços necessários às atividades administrativas e financeiras são prestados pela sua controladora, ENGIE Brasil Energia, reajustados anualmente pelo INPC. O valor reconhecido no resultado de 2019 foi de R$ 613 (R$ 395 em 2018). O contrato possui mais dois anos de vigência e o saldo existente é de R$ 1.226.

d) Garantias

A controladora ENGIE Brasil Energia é interveniente no contrato de financiamento firmado pela Companhia com o BNDES, cedendo como garantia a totalidade das ações de emissão da Pampa de sua propriedade. O valor total da dívida, em 31.12.2019, é R$ 793.716.

[12] Correspondem aos serviços administrativos e financeiros contratados pela Companhia e mencionados no item "c)" dessa nota explicativa.

Notas Explicativas

e) Avais e fianças

A Companhia tem sua controladora, ENGIE Brasil Energia, como avalista no contrato de Custo do Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico, no valor de R$ 4.684, que vencerá em 2020.

NOTA 24 – SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A apólice tem como cobertura danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.912.959 e R$ 1.353.730, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2020.

NOTA 25 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Os compromissos futuros referentes a este contrato, na data base de 31.12.2019, são de R$ 814.167.

b) Contratos de venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, cujas quantidades contratadas estão demonstradas no quadro a seguir:

Em MW médios	Venda
2020	295
2021	295
2022	295
2023	295
2024	295
2025 a 2029	1.473
Demais anos	4.125
	7.073

NOTA 26 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de imobilizado e de intangível	170.951	(5.382)
Aumento de capital via capitalização de AFAC	1.531.997	-
Compensação de imposto de renda e contribuição social	2.056	54
Juros e variação monetária capitalizados	32.138	11.951

Notas Explicativas

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Companhia preparou seu orçamento de capital considerando os investimentos previstos na conclusão da obra da Usina. Em função disto e considerando o § 1° do Art. 196 da Lei n° 6.404/76, que dispõe: "O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento".

(em milhares de reais)	2020
Fontes de recursos	
Retenção de lucros do exercício de 2019 (Artigo 196 da Lei das S.A.)	140.441
Capital de terceiros e geração interna de caixa	57.260
Total das fontes	**197.701**
Aplicações de recursos	
Construção da Usina	197.701
Total das aplicações	**197.701**

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade -CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.g e nº 19 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento, no registro das transações e no reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão e contratos de venda de energia; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento das indenizações por descumprimentos contratuais

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, nº 10 e nº 20 às demonstrações financeiras, em junho de 2019, a Aneel autorizou a operação comercial da Usina Termelétrica Pampa

Sul S.A., porém a data estabelecida no contrato de engenharia, aquisições e construção (“Engineering, Procurement and Construction” ou “contrato EPC”) para a conclusão da obra era dezembro de 2018. Em decorrência do descumprimento desse prazo e de outras condições contratadas, em 2 de agosto de 2019, a Companhia executou garantias contratuais, visando cobrir os danos decorrentes do atraso de conclusão da obra e seu aceite técnico e de obrigações materiais do contrato EPC. Esses valores foram recebidos pela Companhia em 12 de agosto de 2019. Esse assunto exigiu da Companhia e de seus assessores jurídicos julgamento significativo e conhecimento técnico na avaliação para o registro e mensuração dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria relacionados sobre o reconhecimento dessas indenizações incluíram: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração de ativos relacionados a indenizações de danos em relação às normas e orientações contábeis; (ii) avaliação também dos valores das indenizações reconhecidos por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores registrados e que levaram em consideração opiniões legais preparadas pelos assessores jurídicos internos Companhia; e (iii) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento e de mensuração das indenizações mencionados acima, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 27 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011.609/O-8 “F” SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

Odilon da Gama Parente Filho

Diretor Presidente

Fernando Aires de Alencar

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Sérgio Roberto Maes

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2020.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

Odilon da Gama Parente Filho

Diretor Presidente

Fernando Aires de Alencar

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Sérgio Roberto Maes

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2020.